

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Análise Social, (1963-1974)

A revista *Análise Social* entrou em 2020 no seu 55º volume de publicação. Desde a fundação em 1963 até dezembro de 2019 publicou um total de 233 números trimestrais (sendo alguns duplos e triplos). Com uma única interrupção temporária de publicação regular nos anos de 1974 e 1975, por razões de natureza financeira, a *Análise Social* é um caso raro de sucesso e longevidade no panorama das revistas portuguesas de ciências sociais. O seu atual estatuto editorial contempla a história como um dos domínios matriciais de publicação, sendo também classificada como revista de história (para além das ciências sociais) em sistemas de indexação internacionais. A revista é publicada trimestralmente em versão impressa e eletrónica, estando o seu conteúdo disponível em acesso aberto e gratuito: <http://analisesocial.ics.ul.pt/>

A revista é propriedade do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa desde 1982. Trata-se de uma pertença institucional que se enraíza nos antecedentes diretos do ICS. Durante os primeiros 20 anos de publicação (entre 1963 e 1982) foi propriedade do Gabinete de Investigações Sociais (GIS), instituição de pesquisa avançada em ciências sociais que deu origem ao ICS. O GIS e a *Análise Social* estiveram integrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), depois designado Instituto Superior de Economia (ISE), da Universidade Técnica de Lisboa, entre 1963 e 1975. A partir de 1976 (Vol. XII, nº 45), e até ser incorporada (com o GIS) nas estruturas da Universidade de Lisboa em 1982 (Vol. XVIII, nº 70), a *Análise Social* teve existência institucional autónoma, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).

O período aqui considerado (1963-1974) abrange um total de 40 números publicados (Vol. I, nº 1, janeiro de 1963 a Vol. X, nº 40, dezembro de 1973). Note-se que, apesar de indicar data anterior à Revolução de Abril de 1974, o nº 40 só foi impresso em março de 1975. Teve quase sempre como diretor José Pires Cardoso, jurista, político e professor de direito comercial e direito corporativo com fortes ligações ao regime político autoritário do Estado Novo, tendo mesmo exercido o cargo de Ministro do Interior durante dois escassos meses em 1958. A sua proteção e cobertura políticas foram cruciais para que a *Análise Social* se consolidasse como projeto editorial associado a uma instituição de investigação inovadora na área das ciências sociais. Com efeito, o GIS e a *Análise Social* foram instituídos após a extinção do *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* (1949-1961), igualmente dirigida por José Pires Cardoso, procurando eliminar os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

constrangimentos ideológicos de uma instituição idealizada para legitimar um modelo renovado de corporativismo económico e social. O novo enquadramento institucional proporcionado pelo GIS (formalmente criado em 1962 na dependência do ISCEF) criou condições favoráveis a uma viragem significativa no modo de abordagem de temáticas sociais contemporâneas, explorando uma visão crítica sobre as situações de subdesenvolvimento económico e social que os membros do GIS diagnosticavam. Para tal, socorriam-se dos ensinamentos e instrumentos proporcionados pelas ciências sociais, mantendo todavia uma solução diretiva formal que tolerava um programa de pesquisa potencialmente perturbador da ordem estabelecida.

Apesar de o nome de José Pires Cardoso surgir como diretor da *Análise Social* até ao início de 1973, o principal mentor e impulsionador do GIS e da sua revista foi, desde a sua criação, Adérito Sedas Nunes. As suas ligações a organizações universitárias católicas e o seu empenho em cultivar a modernidade teórica e metodológica das ciências sociais contribuíram para o reconhecimento da sua indiscutível liderança deste inovador projeto intelectual. Após um ano como subdiretor (a partir do Vol. IX, nº 33, 1972, com o qual arranca uma “nova série” com novo modelo de capa), Sedas Nunes assumiu em 1973 (Vol. X, nº 38) a direção plena da revista que idealizara e promovera desde o número inicial. Foi também a partir desta assunção do estatuto de diretor por Sedas Nunes que a *Análise Social* passou a integrar na contracapa a identificação de um Secretariado de Redação composto por 4 membros do GIS (incluindo o diretor).

O testemunho dado por Sedas Nunes no número 100 da *Análise Social* é uma peça autobiográfica fundamental para se perceber a trajetória da revista e o papel que os estudos históricos nela passam a desempenhar, sobretudo a partir do final da década de 1970. Conforme esclarece Sedas Nunes, a dificuldade de obtenção e construção de dados estatísticos e fontes primárias essenciais ao trabalho dos cientistas sociais criou uma atração natural pela reconstituição de séries históricas de informação sobre a evolução recente da sociedade portuguesa, nas suas múltiplas dimensões (demográfica, social, económica, política, cultural, etc.), em busca de explicações fundamentadas sobre continuidades e mudanças em curso. Esse lugar crucial que a história passou a ocupar no diálogo privilegiado com as ciências sociais foi, por isso, uma conquista intelectual resultante da abertura da sociedade portuguesa após a revolução de 1974.

Porém, antes de 1974, não se pode dizer que a história ocupasse lugar de eleição na estrutura de funcionamento do GIS ou nas prioridades de publicação da *Análise Social*. Nem era de esperar que de outro modo fosse. O propósito editorial definido no arranque da revista era muito claro ao estabelecer a sua auto-classificação como revista de estudos sociais, destinada a promover a investigação no campo social. O índice dos trabalhos publicados na *Análise Social* entre janeiro de 1963 e dezembro de 1974 dá conta de um total de 265 artigos e notas de investigação, dos quais apenas 13 (ou seja, cerca de 5%) surgem classificados como “Estudos Históricos”, dentro de uma categoria genérica de estudos sobre a “Estrutura e Evolução da Sociedade Portuguesa”.

A história não foi, por conseguinte, área estratégica de publicação na primeira década de existência da *Análise Social*. A revista afirmou o seu lugar ímpar na produção científica em ciências sociais dedicando espaço privilegiado de divulgação de trabalho científico nas áreas da economia e sociologia do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

desenvolvimento, do trabalho, emprego, desemprego e produtividade, da repartição do rendimento e das políticas salariais, da habitação, cidades e políticas urbanas, da demografia, família e políticas familiares, da previdência, segurança social e políticas sociais, da industrialização e organização social da empresa, da emigração, da educação, universidade, políticas educativas e investigação científica e tecnológica. Foram ainda especialmente marcantes as reflexões teóricas sobre problemas ontológicos e metodológicos das ciências sociais e os estudos de âmbito interdisciplinar sobre as estruturas sociais, económicas e políticas da sociedade portuguesa no início da segunda metade do século XX.

Por este elenco de categorias se conclui que a *Análise Social* construiu a sua reputação como revista académica interessada em promover um debate fundamentado nos planos teórico e empírico sobre um vasto campo de pesquisa servido por diversas disciplinas das ciências sociais, com destaque para os estudos de âmbito económico e sociológico. Por esta razão, a *Análise Social* tornou-se numa plataforma de conhecimento e intervenção, atraindo a atenção de um leque diversificado de leitores que ultrapassava o número limitado dos que então cultivavam o campo das ciências sociais em Portugal. Durante esta fase inicial, as tiragens da *Análise Social* variavam entre 2000 e 3000 exemplares, o que demonstra a existência de um enorme potencial de apoio à reflexão fundamentada levada a cabo pelos investigadores do GIS, sob a liderança de Adérito Sedas Nunes. Como curiosidade, assinala-se que o preço da revista se manteve sempre o mesmo entre 1963 e 1974 (25\$00 número avulso, 80\$00 assinatura anual).

Um aspeto saliente dos escassos estudos históricos produzidos neste período (1963-1974) refere-se à sua articulação com os temas da agenda científica do GIS. Neste sentido, no número triplo especial dedicado à “Universidade na vida portuguesa” (Vol. VI, nº 22/23/24, 1968) foram incluídos três artigos sobre história da educação, de autoria de António Farinha Portela, sobre a história do ensino das ciências económicas em Portugal desde a Aula do Comércio pombalina, de Maria Eduarda Cruzeiro e Raul da Silva Pereira, que apresentaram uma cronologia histórica das universidades portuguesas, e de Vitor Matias Ferreira e A. Sedas Nunes, sobre o meio universitário português entre 1945 e 1967. Ainda sobre o tema de história (sociológica) da educação foram os trabalhos de Vitor Matias Ferreira, dedicado à história da imprensa estudantil portuguesa (Vol. VII, nº 25/26, 1969), e de Maria Filomena Mónica sobre o ensino primário nos primeiros anos do salazarismo (Vol. X, nº 39, 1973).

Os autores acima referidos tinham ligação direta ao GIS e ao seu programa científico. Mas a *Análise Social* também abriu as suas páginas a historiadores não integrados na equipa de investigação ligada à escola de economia da Rua do Quelhas. Foi o caso de Miriam Halpern Pereira que publicou na *Análise Social* o seu primeiro trabalho académico, extraído da tese de doutoramento de 3º ciclo que acabara de concluir em Paris, sobre demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX (Vol. VII, nº 25/26, 1969). E foi ainda o caso de Joel Serrão que preparou um pequeno ensaio sobre a história da emigração portuguesa (Vol. VIII, nº 32, 1970). Em ambos os textos encontramos também uma perfeita articulação entre as perspetivas históricas em que se situam e as preocupações prevaletentes no GIS e na *Análise Social* sobre as temáticas do desenvolvimento económico e da emigração.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Outro autor sem ligação ao GIS que assinou um dos estudos históricos publicados nesta fase foi o brasileiro José Albertino Rodrigues que dedicou um ensaio ao tema da ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do século XVI (Vol. VIII nº 29, 1970), em convergência com a motivação e interesse da revista na área de estudos sobre a cidade, a habitação e o urbanismo.

Entre os mais jovens investigadores com ligação ao GIS, que então preparavam as suas dissertações de doutoramento, contava-se Vasco Pulido Valente, que terá sido o primeiro a abrir uma linha de publicação em que a história não servia como mero instrumento ou narrativa auxiliar ao serviço de uma agenda de âmbito social global. Disso são prova os dois artigos que publicou na *Análise Social* sobre as classes trabalhadoras na Iª República (Vol. IX, nº 34, 1972) e sobre a “Revolta do grelo” e movimentos sociais no final da monarquia (Vol. X, nº 37, 1973). Foram trabalhos inaugurais de uma linha de pesquisa que viria a ter continuidade na investigação histórica levada a cabo por este historiador e outros seus colegas do GIS e, mais tarde, do ICS.

A finalizar a descrição deste pequeno lote de 13 artigos históricos publicados pela *Análise Social* entre 1963 e 1974, refiram-se os três trabalhos que César Oliveira dedicou à imprensa operária portuguesa no século XIX (Vol. X, nº 39, 1973), ao movimento operário durante a guerra de 1914-1918 (Vol. X, nº 40, 1973) e aos ecos da revolução russa na imprensa portuguesa (Vol. X, nº 40, 1973). Estes artigos também tiveram carácter anunciador de interesses de pesquisa que o GIS e a *Análise Social* viriam a consolidar na década seguinte.

À luz de uma visão mais ampla ou de um critério mais abrangente sobre o sentido histórico de algumas pesquisas dedicadas a temas de âmbito macroeconómico e macrossociológico, será sempre possível aludir ao carácter inevitavelmente histórico de reflexões sobre os processos e dinâmicas de crescimento e desenvolvimento económico, pelos quais a *Análise Social* tanto se interessou. Com efeito, em muitos ensaios dedicados ao estudo das estruturas e evolução da sociedade portuguesa encontramos passagens ou incursões em que os antecedentes históricos são chamados para testemunhar ou comprovar as mudanças ou continuidades registadas. Também nos ensaios de índole mais abstrata e teórica, a história das ideias e da ciência são domínios convocados em auxílio da compreensão da literatura atual. O exemplo mais flagrante deste tipo de cumplicidade implícita das ciências sociais com a história foi dado no artigo inaugural da revista dedicado ao estudo das ideologias (Vol. I, nº1, 1963), assinado por Adérito Sedas Nunes, e que se situa claramente numa perspetiva de história das ideias.

Todavia, a presença indireta da história neste tipo de ensaios não invalida a apreciação que terá de ser globalmente feita sobre o carácter subalterno que a história como disciplina académica (ainda) ocupa na estruturação do GIS, enquanto unidade de investigação, e nos resultados da sua produção científica ao longo do período aqui considerado (1963-1974). Na década seguinte, a História passaria a ser bem diferente.

A Revolução de Abril de 1974 constituiu uma viragem na fixação de novas temáticas de investigação que foram especialmente enriquecidas pelos contributos dados para o estudo dos fundamentos históricos dos problemas do Portugal contemporâneo. Assistiu-se então no GIS, depois transformado em ICS, mas sempre através das páginas da *Análise Social*, a uma renovação profunda do campo historiográfico (da história social,

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

política, económica, institucional, colonial e cultural), que definiu novos horizontes de pesquisa e deixou marcas decisivas para o avanço do conhecimento histórico em Portugal.

Bibliografia: “Bibliografia. Trabalhos publicados pelo Gabinete de Investigações Sociais. Janeiro de 1963 a Dezembro de 1974”, *Análise Social*, 1973, Vol. X:4, nº 40, pp. 845-859; CARDOSO, José Luís, “O Gabinete de Estudos Corporativos e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais”, *Análise Social*, 2013, XLVIII:1, nº 206, pp. 193-219; NUNES, Adérito Sedas, “Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal”, *Análise Social*, 1988, XXIV:1, nº 100, pp. 11-55; PEREIRA, Raul da Silva, “Depoimento de um dos fundadores da *Análise Social: Ab initio*”, *Análise Social*, 2011, XLVI:3, nº 200, pp. 611-616; SILVA, Isabel Corrêa da e MONTEIRO Nuno Gonçalo, “A História no ICS: uma introdução” in Isabel Corrêa da Silva e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *História e Historiadores no ICS*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2017, pp. 13-22.

José Luís Cardoso